



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640084 - SP (2021/0012975-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GEISA APARECIDA CILIAO CRIPPA
ADVOGADO : GEISA APARECIDA CILIÃO CRIPPA - SP287846
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO LOPES MEDEIROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO LOPES MEDEIROS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000554-61.2013.8.26.0233).

O paciente teria sido condenado a reprimenda de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão em regime semiaberto, como incurso no artigo 33, *caput* e §4º da lei 11.343/06.

O impetrante questiona a não aplicação de regime mais brando de cumprimento de pena ao paciente, ou substituição da pena corporal por restritivas de direitos, conforme determinado em sentença e modificado em grau de apelação.

Pondera que todas as circunstâncias seriam favoráveis ao paciente e que a quantidade de droga apreendida seria mínima.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade para que aguarde o julgamento do *writ* em liberdade.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a pena privativa de liberdade seja substituída por uma ou mais restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal, o que não há nos autos, pois o acórdão questionado não foi juntado na impetração.

O presente *writ* não merece prosperar.

Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência